

Chapter Title: HISTÓRICO DA DEFESA NO BRASIL

Book Title: Atlas da política brasileira de defesa

Book Author(s): Maria Regina Soares de Lima, Carlos R. S. Milani, Rubens de S. Duarte, Marianna R. A. de Albuquerque, Igor D. P. Acácio, Tássia C. Carvalho, Josué Medeiros, Niury Novacek, Murilo Gomes da Costa, Hugo Bras M. da Costa and Juliana P. Lemos

Published by: CLACSO. (2017)

Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv253f67d.7>

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at <https://about.jstor.org/terms>



This book is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 United States License (CC BY-NC-SA 3.0 US). To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>.



CLACSO is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *Atlas da política brasileira de defesa*

Capítulo 1:

HISTÓRICO DA

DEFESA NO BRASIL





Enara Echarr Muñoz

O capítulo histórico, de abertura à temática da política de defesa e da segurança do Brasil, tem por objetivo principal apresentar, desde a Colônia, como foram implementadas, pela Coroa portuguesa e, após a independência em 1822, pelo Estado brasileiro, as estratégias políticas e militares de expansão e de ocupação territorial, mas também de proteção do território diante das ameaças de invasores estrangeiros (franceses, holandeses), bem como no enfretamento dos conflitos existentes com os vizinhos da região e nas revoltas internas de norte a sul do país. Ou seja, este capítulo introdutório procura demonstrar que a política de defesa do Brasil tem longa trajetória histórica, cujas características geraram dependências e condicionalidades para a formulação e a implementação dessa política pública em períodos mais recentes. Para atingir esse objetivo, em primeiro lugar, foi utilizada uma divisão cronológica, respeitando os três principais momentos políticos da história do Brasil: Colônia, Império e República. Em segundo, foram selecionados alguns eventos históricos e eixos estratégicos que marcaram a história da defesa e da segurança do país desde o início do século XX: as Conferências de Paz e a eclosão da Primeira Guerra Mundial; a Segunda Guerra Mundial e o engajamento brasileiro; a Guerra Fria e os golpes militares no Brasil e na América Latina.

Colônia, conflitos e expansão territorial

INVASÕES EXTERNAS À COLÔNIA

Territórios portugueses ocupados por França e Holanda, entre 1555 e 1654



A ocupação pelos portugueses do território do que seria posteriormente o Brasil foi atravessada por conflitos sociais, étnicos, raciais e geopolíticos. Tratou-se de um processo dirigido por um Estado centralizado, com forte investimento militar e impulsionado pela Igreja católica, e que se deu em duas etapas, primeiro no litoral e depois no interior. Os portugueses confrontaram-se com povos originários, presentes nas Américas há pelo menos 12 mil anos antes de sua chegada, e com tentativas de conquista de outros impérios coloniais. Estima-se que viviam no Brasil 10 milhões de pessoas que falavam 1.300 línguas e que se dividiam em mais de 1.000 etnias. O expansionismo português (e de outras nações europeias)

era alimentado por interesses comerciais, por uma racionalidade militar e pela ambição evangelizadora (a exemplo das missões) que, juntos, possibilitaram aos europeus subjugar territórios e povos em toda a região. O resultado foi um verdadeiro genocídio: milhões de nativos morreram em consequência do regime de trabalho forçado, da destruição dos seus modos de vida e da natureza, das novas doenças introduzidas pelos brancos e dos combates contra a opressão e a dominação europeia.

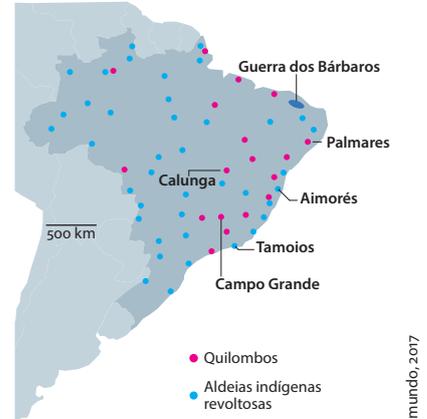
A formação e a expansão dos impérios coloniais de Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra foi resultado de um longo processo geopolítico no qual se inserem a constituição dos modernos

DESAFIOS À AUTORIDADE DA COROA

Principais conflitos entre a elite colonial e a Coroa portuguesa, entre 1660 e 1822



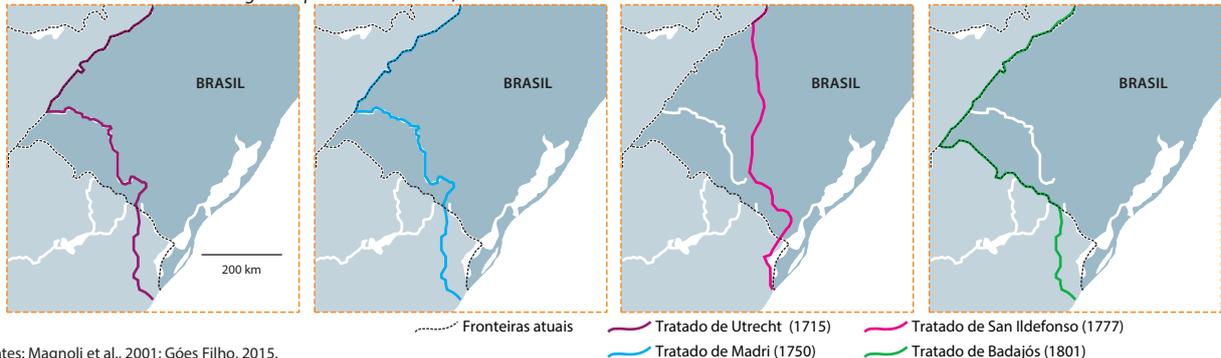
Localização dos principais quilombos e aldeias indígenas revoltosas, entre 1500 e 1822



Estado-Nação e os primeiros desenvolvimentos do capitalismo. Tais impérios disputavam mercados, populações e territórios e com isso reconfiguraram todo o planeta em um sistema integrado de metrópoles e colônias. A escravidão moderna na América foi um dos seus pilares fundamentais: foram traficados do continente africano para a colônia portuguesa 3 milhões de pessoas para o trabalho forçado no grande latifúndio monocultor, ao que se somam

CONSTRUÇÃO DAS FRONTEIRAS NO PRATA

Tratados de fronteiras entre Portugal e Espanha na América, entre 1715 e 1801

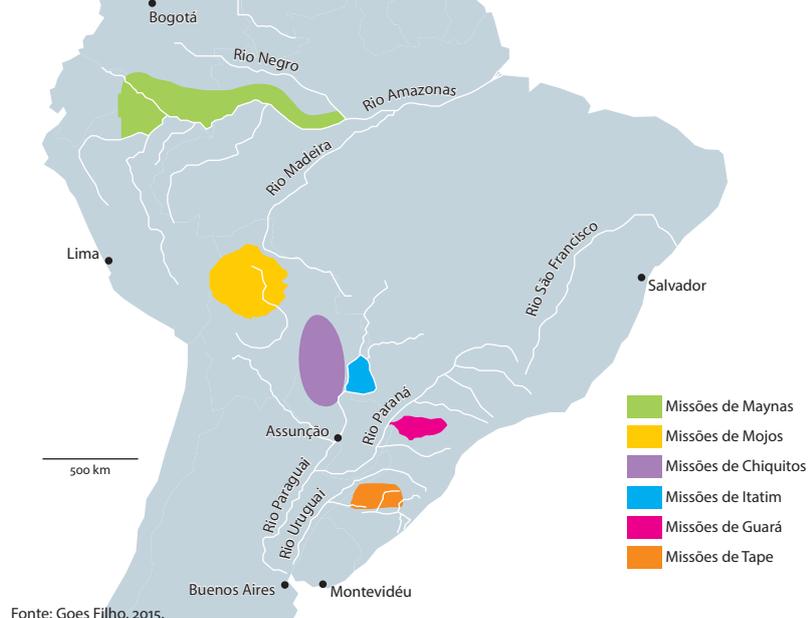


outras 2 milhões trazidas depois da independência do Brasil em 1822. A importância da mão de obra escrava era tanta que as estimativas populacionais para 1584 eram de 25 mil brancos, 18 mil índios domesticados e 14 mil negros escravizados. Os escravos viviam em média 19 anos, contra 32 da população branca e livre, ou seja, viviam mal e precariamente, sem direito à terra, à subsistência autônoma, a constituir família ou a manter sua identidade cultural. Essas pessoas sustentavam uma estrutura econômica, social e cultural baseada na violência que deixou marcas profundas na coletividade brasileira até o presente. Houve resistência, e os quilombos, as fugas individuais e em massa, as insurreições indígenas e as rebeliões negras são exemplos de um processo de lutas que envolvia também a produção de laços de solidariedade, de afeto e comunitários, de valorização de dinâmicas culturais, religiosas e identitárias cujas heranças também são sentidas até os dias atuais.

Em paralelo, eclodiam os conflitos geopolíticos entre os europeus no “novo mundo”: os impérios coloniais português, espanhol, francês, holandês e inglês disputavam território, mercadorias e populações no continente africano e americano. Portugal enfrentou a Espanha e com ela pactuou (região do Prata), expulsou franceses do Rio de Janeiro e do Maranhão, guerreou com holandeses nos dois lados do oceano atlântico, e terminou subjugado

MISSÕES JESUÍTICAS

Missões na América do Sul até o século XVIII



Fonte: Goes Filho, 2015.

Labmundo, 2017

econômica e politicamente pela Inglaterra ainda no período colonial. Ocorreram também conflitos internos aos impérios coloniais. No Brasil, os colonos brasileiros e a elite portuguesa que vivia na colônia disputavam os processos de ocupação do território (a marcha para oeste com as bandeiras e as entradas, com forte cunho militar e evangelizador, reforçando a aliança entre Igreja e o Império de Portugal) e lutavam pelos recursos que encontravam em cada novo pedaço de terra. Dessas batalhas emergiram, nos filhos de europeus

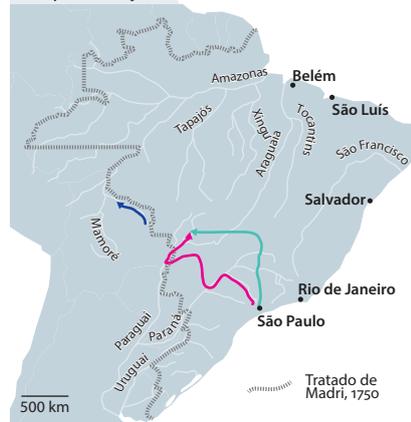
nascidos na colônia, um sentimento de identidade próprio, que se diferenciava de Portugal por meio da narrativa de luta contra a sanha tributária do Estado opressor português, que impedia os colonos de alcançar autonomia econômica. Os colonos filhos da elite sempre estiveram em contato com as ideologias e os valores europeus, cultivando a liberdade, sendo refratários à centralização via Estado e Igreja, como ilustram os muitos conflitos entre as sociedades locais e os jesuítas. Protagonizaram, portanto, revoltas, rebeliões e motins que marcaram todo o período colonial e foram parte fundamental do processo político e cultural que levaria à ruptura do Brasil com Portugal. O resultado da empresa colonial portuguesa foi desastroso do ponto de vista social e humanitário, com o extermínio de populações inteiras de africanos e povos ameríndios. Não obstante, do ponto de vista geopolítico e econômico gerou riquezas incontáveis à Coroa de Portugal e cujo resultado foi a consolidação de um novo Estado-Nação independente comandado por uma elite política coesa, que logrou manter a integridade territorial e identitária da ex-colônia em meio ao esfacelamento que ocorreu na América Espanhola.

OCUPAÇÃO DO OESTE

Principais bandeiras, entre 1635 e 1725



Principais monções, entre 1635 e 1725



Bandeiras:

- Antônio Raposo Tavares, André Fernandes e Fernão Dias Paes (1635-1637)
- Manoel Preto e Antônio Raposo Tavares (1628-1633)
- Fernão Dias Paes (1638)
- Antônio Raposo Tavares (1648-1652)

- Manoel Campos Bicudo (1673)
- Antonio Pires de Campos (1716)
- Pascoal Moreira Cabral (1718)
- Bartolomeu Bueno da Silva (1725)

Monções:

- Rota ordinária
- Estrada terrestre através de Goiás
- Monções do norte

Fonte: Goes Filho, 2015.

VEJA TAMBÉM:

- Império e ameaças de fragmentação p. 14
- República e desafios geoestratégicos p. 16
- Colônia (Atlas da PEB) p. 14
- Império (Atlas da PEB) p. 16

Labmundo, 2017

Império e ameaças de fragmentação

A independência da América espanhola se deu em um contexto de lutas revolucionárias seguido de um republicanismo radical e fragmentação territorial. Nas metrópoles coloniais, as guerras napoleônicas transformavam a estrutura política e social do continente e representavam os conflitos entre a nascente burguesia capitalista contra as classes feudais. Nesse quadro, a corte portuguesa transferiu para o Brasil a sede do império português. Como resultado, iniciou-se um novo ciclo de desenvolvimento econômico e de abertura política, no qual foram retomados os ideais nacionalistas e independentistas que já haviam animado importantes revoltas

no Brasil, como a Inconfidência Mineira em 1789, e que veio a culminar na independência.

A ex-colônia portuguesa se emancipou guiada por um projeto de Estado que não seguiria a cartilha liberal: enquanto esta prega um poder central resultante dos diferentes interesses sociais, no liberalismo à brasileira coube ao poder central organizar e disciplinar tais interesses. O Brasil não foi apenas o último país a se tornar independente como foi o único a tornar-se um Império, o qual extraía sua legitimidade política e sua viabilidade econômica de um pacto baseado na grande propriedade de terra e no trabalho escravo.

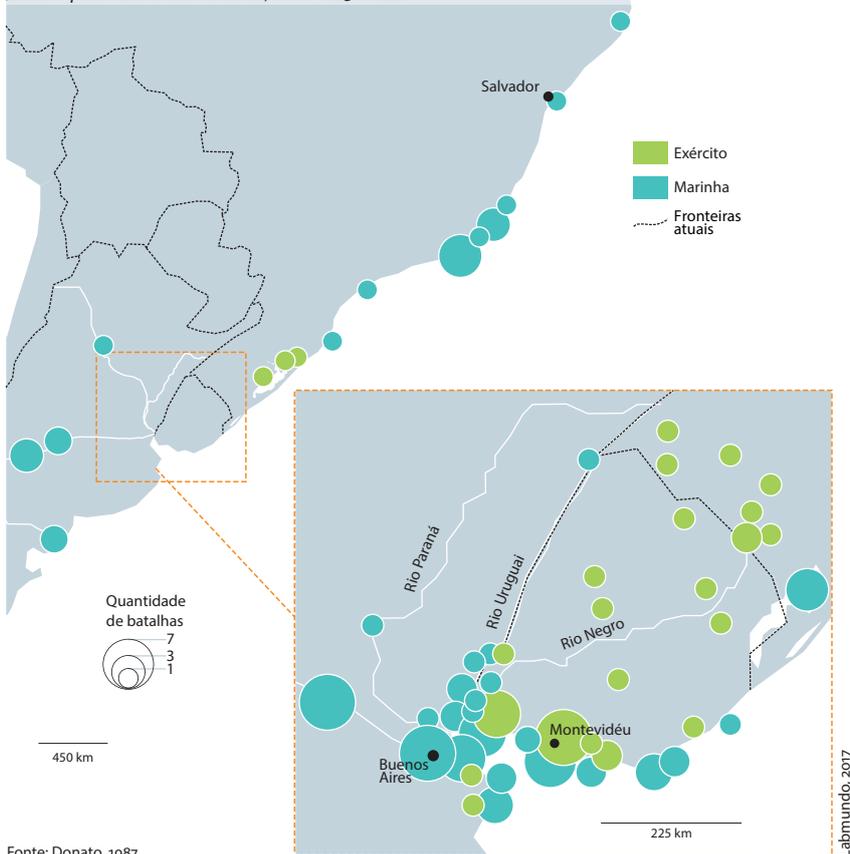
Seguiriam então dois tipos de conflitos fundamentais. No Primeiro Reinado (1822-1831), chocaram-se os esforços de centralização empreendidos pelo Império com a diversidade regional de uma nação continental: a centralização defendida pelas elites sediadas no Rio de Janeiro *versus* o federalismo de algumas províncias, tais como São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, justamente aquelas mais mobilizadas no período colonial. Na Regência ocorreu a explosão desse conflito. As novas elites que assumiram o Estado promoveram reformas de cunho liberal radical, devolvendo a soberania do poder político às províncias, produzindo um conjunto de novas mobilizações cujo programa clamava por mudanças de cunho social e econômico, misturando as ambições das elites provinciais com movimentos de origem popular em busca de melhores condições de vida.

Estava, portanto, ameaçado o pacto das elites. A integridade territorial foi perdida com a independência do Uruguai, consolidada em 1828, a proclamação da República Rio Grandense em 1835, nas guerras da Revolta Farroupilha que duraram até 1845. Houve risco de perda da província do Grão-Pará (cujo território abrange os atuais Estados do Pará, Maranhão e Piauí) durante da Revolta da Cabanagem, ocorrida entre os anos 1835 e 1840. Nessa revolta, as classes médias locais (Cabanos) uniram-se aos índios e mestiços em uma revolta contra a situação de miséria da província e instituíram um governo independente que durou dez meses. Nas lutas para retomar o controle do território o governo imperial eliminou entre 30 e 40% da população local. O tratamento dado pelo Império aos revoltosos paraenses foi marcado pela violência e repressão, enquanto que a relação com os insurgentes gaúchos foi de negociação e pactuação.

As bases da sociedade imperial foram abaladas pelas revoltas. A grande propriedade de terra sofreu seu principal ataque com a Revolta da Balaiada, no Maranhão (1838-1841), quando camponeses e escravos se revoltaram contra os grandes fazendeiros. A escravidão foi alvo de diversas revoltas, como a Revolta Manuel Congo, no Rio de Janeiro (1838), e a Revolta da Carranca, em Minas Gerais (1833). Na Revolta dos Malês (1835), cerca de 600 escravos tomaram Salvador, sendo dizimados no mesmo dia por uma classe

GUERRA DA CISPLATINA

Local e quantidade das batalhas, entre 1825 e 1828



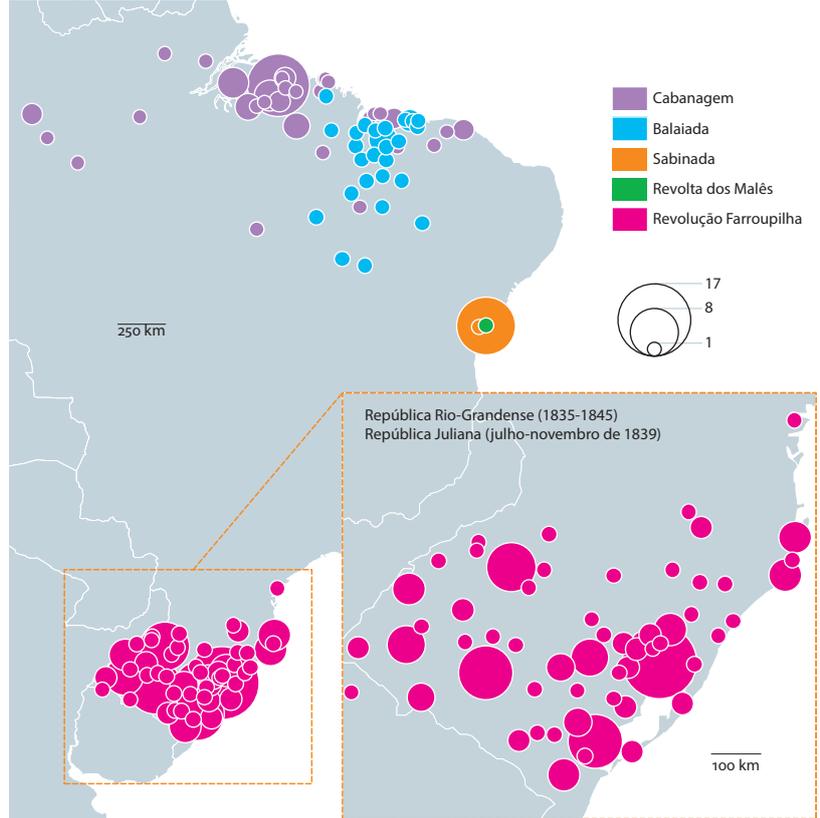
dominante, temerosa de um possível “Haiti brasileiro”.

Em 1840, as elites recompuseram seu pacto com a coroação de D. Pedro II e a instituição do Segundo Reinado, que durou até 1889. A centralização foi reforçada e a disputa política foi posta dentro de limites que impediam seu transbordamento para as classes populares. Na chamada “restauração conservadora”, um novo tipo de conflito vai predominar, quando o Império se lança na missão de constituir sua supremacia geopolítica na América do Sul. O principal território dessa disputa foi a região do Prata, onde o Brasil atuou nos conflitos internos do Uruguai e Paraguai ora para enfraquecer os projetos nacionais desses países ora para impedir a Argentina de aumentar sua influência regional. A criação do Uruguai foi fruto de uma disputa entre Brasil e Argentina pela posse da província Cisplatina, que gerou a guerra da Cisplatina (1825-1828).

As forças armadas brasileiras lideraram essa disputa pela hegemonia geopolítica na América do Sul aproveitando-se da legitimidade conquistada pela vitória contra as revoltas do Primeiro Reinado. A Guerra do Prata (1851-1852) colocou em confronto a Argentina contra o Brasil e Uruguai, com vitória brasileira. Entre 1864 e 1865, o Brasil, apoiado pela Argentina e pela oposição uruguaia, entrou em guerra contra o Uruguai, cujo desfecho precipitou a Guerra contra o Paraguai quando

REVOLTAS REGENCIAIS

Local e quantidade de batalhas, por revolta, entre 1835 e 1845



Fonte: Donato, 1987.

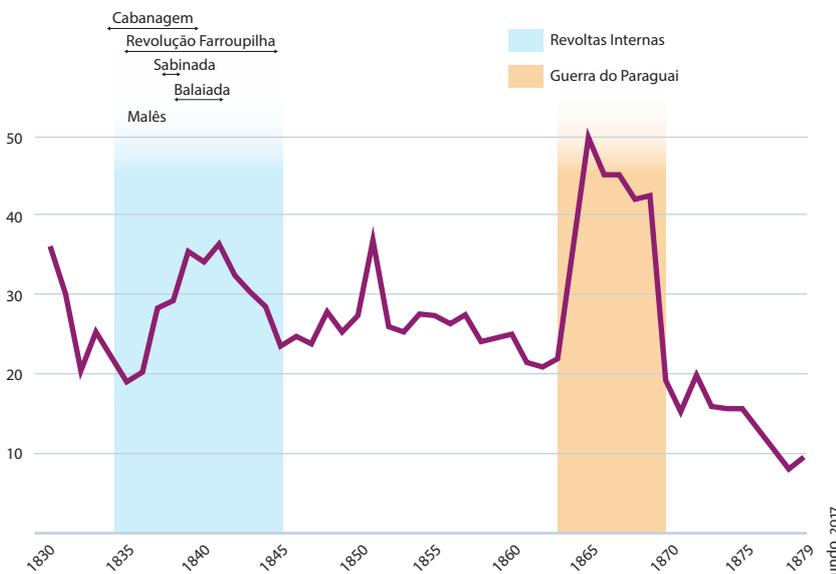
Labmundo, 2017

este país interferiu a favor do governo uruguaio. A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul, e opôs Brasil, Argentina e Uruguai (agora governado pela antiga oposição) contra o Paraguai, que na época era uma nação em desenvolvimento

que poderia ameaçar a hegemonia brasileira. O conflito durou de 1865 a 1870, terminando com vitória dos aliados, com destaque para o Brasil, e com o Paraguai perdendo territórios importantes, com sua população masculina dizimada e sua economia devastada.

GASTOS MILITARES NO IMPÉRIO

Participação dos gastos militares no orçamento total, em %, entre 1830 e 1879



Fontes: Coelho, 2000; Donato, 1987.

Labmundo, 2017

A vitória marca o auge do II Império e também o início de sua crise terminal: o Brasil sai da guerra endividado devido aos empréstimos contraídos junto à Inglaterra para custear as batalhas e com um exército composto por escravos sem treinamento e identidade com a nação. Nesse contexto, D. Pedro II opta por ceder à reivindicação da abolição, pela qual era pressionado por Inglaterra e França. Com isso, o imperador abre mão da estratégia gradualista quanto à abolição da escravidão (Lei do Ventre Livre em 1871 e Lei dos Sexagenários em 1885) e assim perde apoio dos grandes proprietários de terra.

VEJA TAMBÉM:

- Colônia, conflitos e expansão territorial p. 12
- República e desafios geoestratégicos p. 16
- Colônia (Atlas da PEB) p. 14
- Império (Atlas da PEB) p. 16

República, desafios políticos e geoestratégicos

Com o advento da República, em 1889, o Brasil deixou de ser a única monarquia na região. Em um primeiro momento, essa mudança foi vista com bons olhos pelos vizinhos sul-americanos, mas gerou instabilidade e disputas de poder entre as regiões e grupos políticos brasileiros. Os primeiros anos da República foram marcados pela consolidação das instituições republicanas, a estabilização política do país, a demarcação das fronteiras, a busca de equilíbrio de poder na região e a dissuasão de um eventual intervencionismo europeu.

A disputa pelo poder político foi uma das características mais fortes dos anos que se seguiram à proclamação da República. Grupos importantes da elite política brasileira, das Forças Armadas (principalmente dentro da Marinha) e da sociedade eram favoráveis à volta da monarquia, enquanto que o Exército

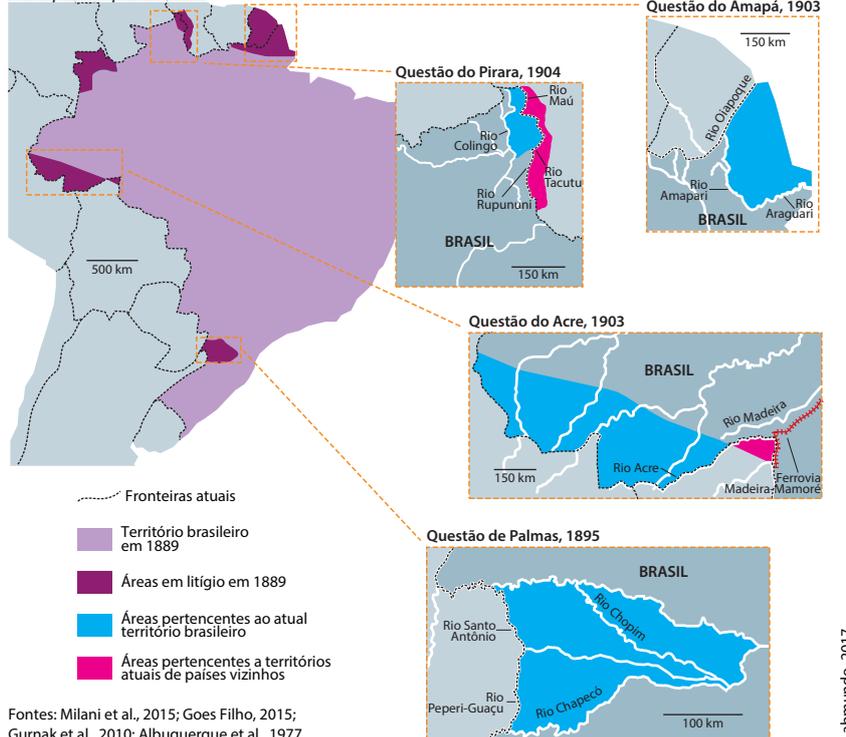
se apresentava como uma das principais forças republicanas. A Revolta da Armada, em 1891, exemplifica a disputa de poder dentro do Brasil e quão frágeis eram as instituições da República. Floriano Peixoto teve que recorrer a ajuda de outros países e a mercenários, a fim de garantir a continuidade de seu governo. Esse episódio agravou a disputa de poder dentro das Forças Armadas, o que resultou no aumento do desequilíbrio entre os orçamentos do Exército e da Marinha. A ação militar contra o Arraial de Canudos também demonstra a instabilidade política e a fragilidade das instituições de defesa no final do século XIX. Foram necessárias 3 investidas do Exército contra a população civil nordestina, seguidores da liderança religiosa de Antônio Conselheiro. A última dessas operações militares contou com quase 30% do total do contingente do Exército.

No âmbito externo, o Brasil enfrentava desafios a sua segurança tanto na esfera regional quanto no âmbito intercontinental. Enquanto ocorriam disputas internas entre o Exército e a Marinha, bem como revoltas civis, o orçamento militar argentino cresceu e ultrapassou o brasileiro. A hegemonia naval no Prata que era brasileira durante o Império mudou de mãos na República, com a balança de poder se tornando mais favorável à Argentina, destronando a hegemonia naval brasileira do período imperial. As fronteiras ainda não estavam totalmente demarcadas, apresentando ameaça à integridade territorial. Por fim, o risco de intervencionismo de países europeus seguia pairando sobre o continente americano.

Um dos processos mais importantes nesse período foi o fortalecimento dos laços com os EUA. A aproximação era justificada como benéfica para ambos os países: de um lado, os EUA buscavam consolidar-se como potência hemisférica; de outro, o Brasil garantia apoio político, econômico e geoestratégico. No plano econômico, os EUA passaram a ser o principal parceiro comercial e investidor, relegando o Reino Unido ao segundo lugar. O modelo republicano dos EUA também teve um

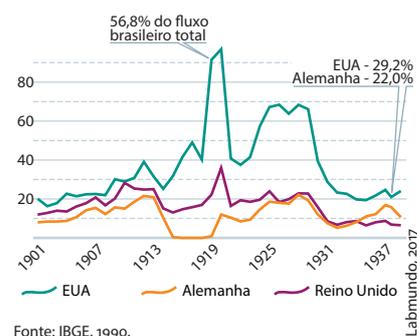
CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NA REPÚBLICA

Principais disputas territoriais entre 1889 e 1905

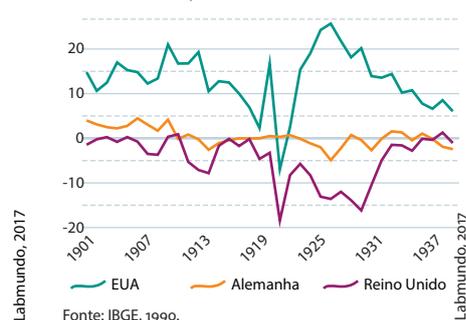


COMÉRCIO E POLÍTICA

Evolução do fluxo comercial entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais, em milhões de Libras Esterlinas, entre 1901 e 1939



Evolução do saldo comercial entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais, em milhões de Libras Esterlinas, entre 1901 e 1939

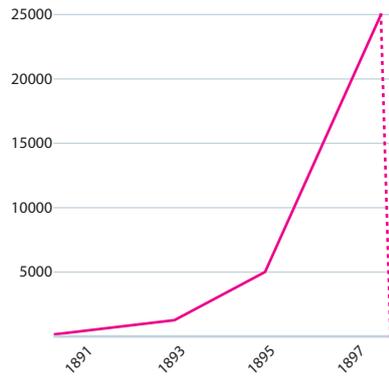


papel importante na consolidação das instituições domésticas brasileiras, pois representava um contraponto ao modelo monárquico europeu. No âmbito geoestratégico, o governo brasileiro entendia que aliar-se aos EUA dificultaria intervenções europeias, bem como traria maior equilíbrio à balança de poder na região (já que a Argentina era alinhada ao Reino Unido). Essa aproximação fez com que o Brasil adotasse uma postura favorável à Doutrina Monroe. É simbólica a recusa brasileira de adotar a Doutrina Drago, proposta pela Argentina em resposta à intervenção na Venezuela, em 1902. A tentativa de formar um pacto entre o Brasil, a Argentina e o Chile (Pacto ABC), em 1915, também demonstra a preocupação brasileira em manter o equilíbrio de poder no Prata.

Contando com o apoio dos EUA, as disputas relativas à demarcação de fronteiras, na República, tiveram soluções pacíficas, por meio de acordos e arbitragens, muitas lideradas pelo Barão do Rio Branco. Ainda existiam áreas de litígio entre o Brasil e seus vizinhos, que não tiveram suas fronteiras demarcadas ao longo do Império. Essa indefinição colocava em risco a integridade e a integração territorial brasileira. Uma possível anexação da região de Palmas à Argentina criaria um estrangulamento do território brasileiro em uma das regiões mais sensíveis em termos de segurança. Um eventual laudo arbitral desfavorável nas questões de Pirara e do Amapá (contra o Reino Unido e França, respectivamente) facilitaria o acesso de potências europeias às bacias na região amazônica, um dos territórios com menor densidade populacional do país até os dias de hoje. Além disso, o Brasil era pressionado para garantir a livre navegação em seus rios, enquanto que empresas

ARRAIAL DE CANUDOS

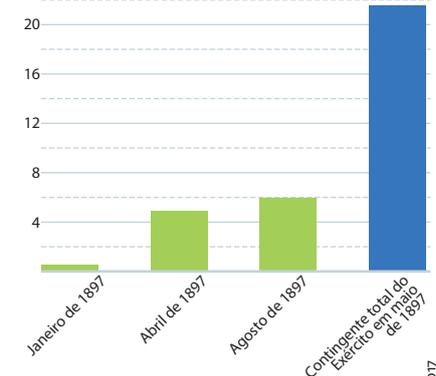
População de Canudos, entre 1890 e 1898 e expedições do Exército contra o povoado



*Não há dados oficiais sobre o destino da população de Canudos, mas as fontes indicam que a maior parte da população foi dizimada e as demais migraram, uma vez que o Arraial foi destruído.

Fontes: Ataíde, 1993/1994; Carvalho 2005; Donato, 1987.

Quantidade de soldados em expedições militares contra o Arraial de Canudos, em milhares, em 1897



**Em outubro de 1886 foi enviado um contingente policial contra Canudos. Como essa investida falhou, foram enviadas 3 expedições militares contra a população civil.

Labmundo, 2017

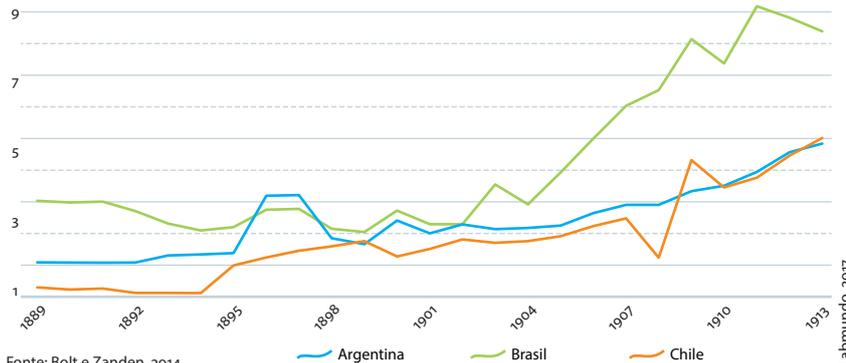
internacionais, como a *Bolivian Syndicate*, aumentavam seus negócios no território do Acre, limítrofe à Bolívia, colocando em risco interesses do Estado brasileiro e de sua sociedade. A última grande disputa territorial brasileira foi resolvida junto com a Colômbia e Peru e se arrastou até a década de 1930, quando o Brasil concedeu a livre navegação na bacia amazônica, o que ficou conhecida como “Questão de Letícia”. Isso permitiu que o Brasil se declarasse um país territorialmente satisfeito e concentrasse seus esforços em questões domésticas e no fortalecimento de suas instituições.

A busca do apoio dos EUA teve no Barão do Rio Branco um dos seus maiores idealizadores e principais personagens da política brasileira no início da República. Esta aproximação era parte de uma estratégia geopolítica do governo brasileiro, que buscava equilibrar a balança de poder regional (treinando e equipando as Forças Armadas) e

mundial (dissuadindo possíveis intervenções europeias), bem como também foi importante para as negociações fronteiriças até então não resolvidas. Ao longo da República, o Brasil saiu da área de influência britânica e entrou na estadunidense. Apesar das críticas que o governo brasileiro recebeu por se alinhar aos EUA, inclusive no âmbito da Doutrina Monroe, a parceria com os estadunidenses rendeu o reaparelhamento e treinamento das Forças Armadas brasileiras, além de vantagens no âmbito da economia e da política. As parcerias, entretanto, não eram exclusivamente com os EUA. A Missão Francesa, acordada em 1919, previa o treinamento de oficiais do Exército em troca de preferência na compra de armamentos produzidos na França.

ORÇAMENTOS MILITARES NA BALANÇA REGIONAL

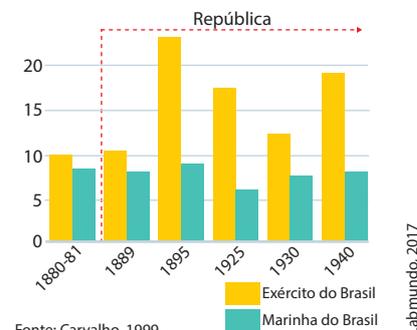
Evolução dos orçamentos militares da Argentina, Brasil e Chile, em milhões de Libras Esterlinas, entre 1889 e 1913



Fonte: Bolt e Zanden, 2014.

ORÇAMENTO E FORÇAS ARMADAS

Estimativa das despesas militares, por % do PIB, entre 1880 e 1940



Fonte: Carvalho, 1999.

Labmundo, 2017

VEJA TAMBÉM:

- Colônia, conflitos e expansão territorial p. 12
- Império e ameaças de fragmentação p. 14
- República (Atlas da PEB) p. 18
- Desenvolvimento (Atlas da PEB) p. 20

Conferências de Paz e Primeira Guerra Mundial

É no século XIX que surgem as primeiras organizações internacionais, porém é a partir do início do século XX que os Estados efetivamente tentam construir organizações multilaterais de caráter político a fim de prevenir conflitos e promover a cooperação. As Conferências de Haia, em 1889 e 1907, inovaram ao elevar ao debate mundial o tema da solução pacífica de controvérsias, antes tratado apenas no âmbito regional ou bilateralmente. As conferências enfatizaram a necessidade de coordenação política entre os Estados em matéria de direito civil e comercial, evitando a emergência de questões que pudessem provocar disputas diplomáticas e econômicas. Apesar da importância e da inovação que representou esse conjunto de reuniões intergovernamentais, a

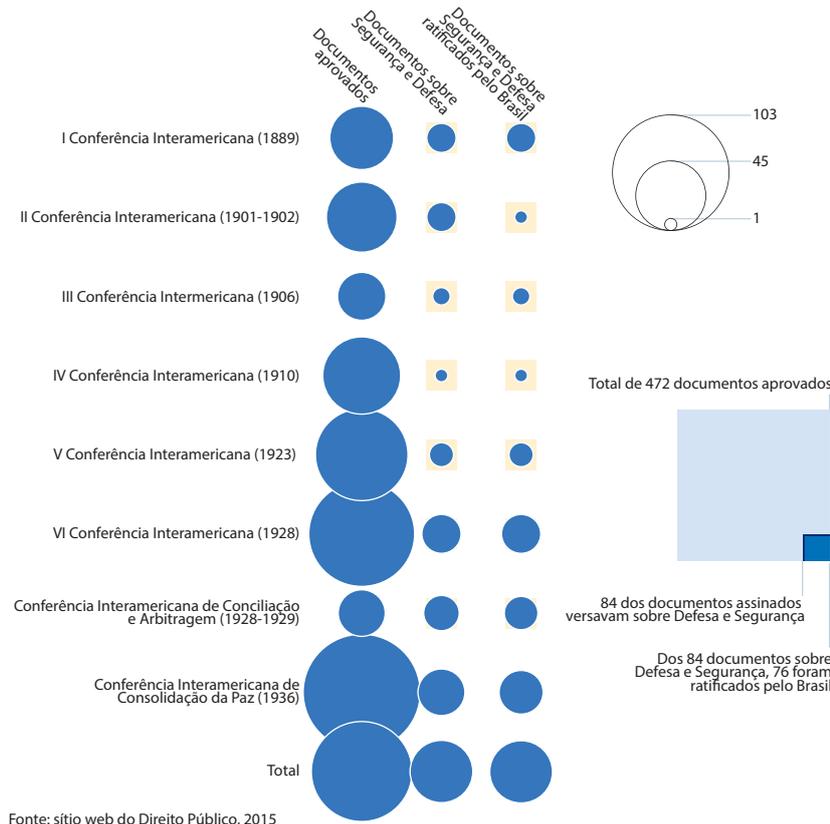
crise do capitalismo a competição industrial e militar entre EUA, Alemanha e Japão, bem como a decadência da *Pax britannica* fragilizaram ainda mais o sistema internacional e não impediram a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Nesse sentido, ao ser declarada em 1914, a Primeira Guerra Mundial fez muito mais do que dividir os grandes Estados em dois grupos opostos, a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança. Para além de acordos secretos e interesses geopolíticos, a declaração de guerra sepultou a ordem anterior, sustentada pelo Concerto Europeu e pela primazia econômica, militar e estratégica do Reino Unido. Nos anos de conflito, a guerra de trincheiras provocou

grandes transformações não apenas nas táticas durante o conflito, com a introdução de equipamentos militares mais sofisticados, o recrutamento em massa e a conjugação dos esforços das Marinhas e dos Exércitos. A Primeira Grande Guerra também provocou alterações significativas na balança de poder mundial, desafiando a centralidade da Europa ocidental, com a emergência dos Estados Unidos e da União Soviética (a partir de 1917). O Brasil declarou a sua neutralidade em agosto de 1914, posição que mudou somente em outubro de 1917, quando o Brasil declarou guerra à aliança liderada pela Alemanha. A neutralidade inicial estava respaldada nos compromissos assumidos pelo país nas Convenções de Haia e no temor de que o desdobramento do conflito pudesse dificultar as exportações de café. No entanto, o Brasil alterou essa posição e foi o único país latino-americano a participar da Primeira Guerra Mundial. A atuação brasileira, entretanto, ficou limitada à ação da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), principalmente no Atlântico Sul em direção a Cabo Verde e ao estreito de Gibraltar, e ao envio de uma missão médica militar, acometida pela gripe espanhola antes de chegar à Europa. Foi nesse contexto que o governo brasileiro havia concebido o Plano Calógeras sobre a participação do Brasil no conflito – plano este que não chegou a ser implementado.

BRASIL NO SISTEMA INTERAMERICANO

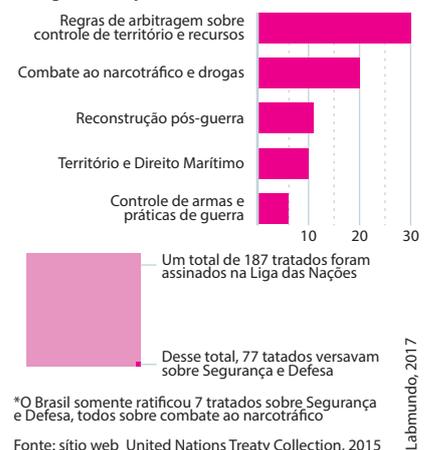
Quantidade de tratados, por tema e participação brasileira, entre 1889 e 1936



Em 1919, com a assinatura do Tratado de Versalhes e o fim oficial da Primeira Guerra Mundial, criou-se um sentimento de otimismo sobre as possibilidades de manutenção da paz nos anos seguintes. Essa esperança,

MULTILATERALISMO E DEFESA

Quantidade de Tratados multilaterais registrados na Liga das Nações, entre 1919 e 1940



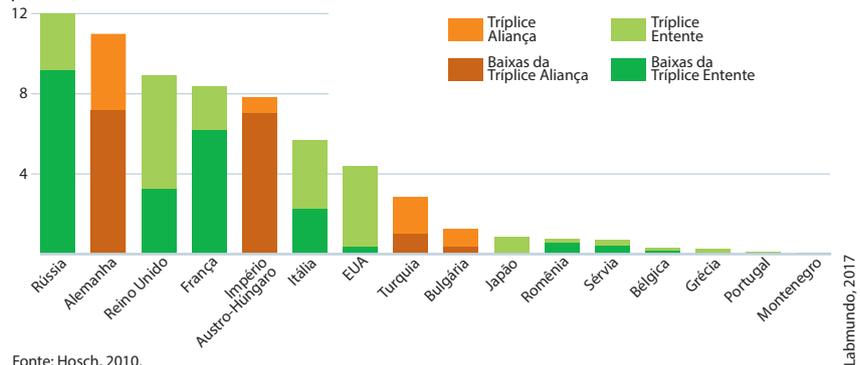
entretanto, foi curta. A Alemanha foi declarada a principal culpada pelo conflito e sobre o Estado germânico recaíram pesadas dívidas, foram definidas zonas ocupadas e regiões desmilitarizadas. Essa situação foi interpretada pelos alemães como injusta e incompatível com o crescimento econômico alcançado pelo país nas décadas anteriores. Nesse sentido, cresceu no seio da sociedade alemã um sentimento de revanchismo e da necessidade de reforma da ordem recém-criada.

Na tentativa de sustentar essa ordem, foi criada a Liga das Nações, uma organização mundial com o objetivo de garantir a segurança coletiva, conforme estabelecido pelo presidente Wilson em seus Quatorze Pontos. Para tal, a Liga contava com um Conselho Executivo para coibir possíveis ameaças e evitar novos conflitos. O envolvimento do Brasil na guerra credenciou o país a participar ativamente da construção da estrutura multilateral da nova ordem. O país foi um dos membros originários da Organização e, apesar de ter participado diretamente no conflito, foi fiel aos seus princípios diplomáticos e esforçou-se pela construção de uma ordem mais pacífica. Atuando tanto na Liga, quanto no sistema interamericano, o Brasil buscou fortalecer sua presença internacional, defendendo a primazia da solução pacífica e negociada e a legitimidade da decisão multilateral. Devido a esse intuito de consolidar sua atuação, o Brasil retirou-se da Liga em 1926, durante o governo do Presidente Artur Bernardes, pois lhe foi negada a condição de membro permanente do Conselho.

A experiência na guerra gerou consequências domésticas no Brasil. A preparação das Forças Armadas para o conflito provocou não só a modernização das técnicas de combate, como estimulou a emergência de movimentos ideológicos dentro do Exército e da Marinha, como o fortalecimento do tenentismo. Esse cenário de instabilidade doméstica não se restringiu ao campo militar e teve reflexos nos âmbitos sociais e econômicos. A restrição inicial às exportações brasileiras foi revertida, provocando um grande crescimento econômico no país, aspecto fundamental que estimulou a industrialização interna. Nos anos seguintes, o Brasil também sofreu os efeitos da crise de 1929 e passou por transformações domésticas, a exemplo da Revolução de 1930.

ESFORÇO MILITAR DAS PRINCIPAIS POTÊNCIAS

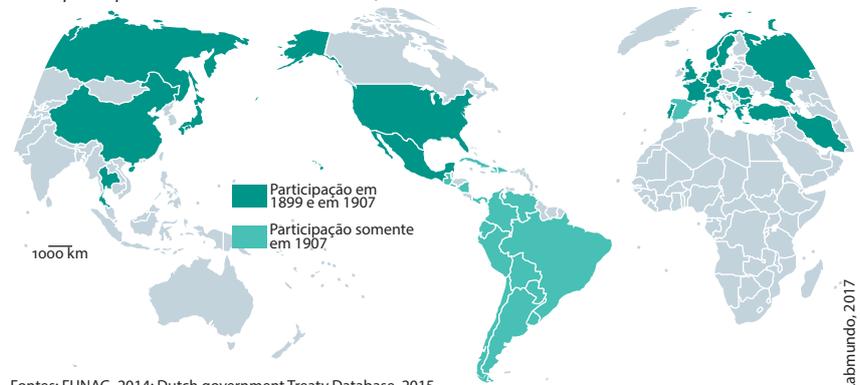
Quantidade total de soldados mobilizados e total de perdas por país e aliança militar, em milhões de pessoas, entre 1914 e 1918



Fonte: Hosch, 2010.

MULTILATERALISMO E PAZ

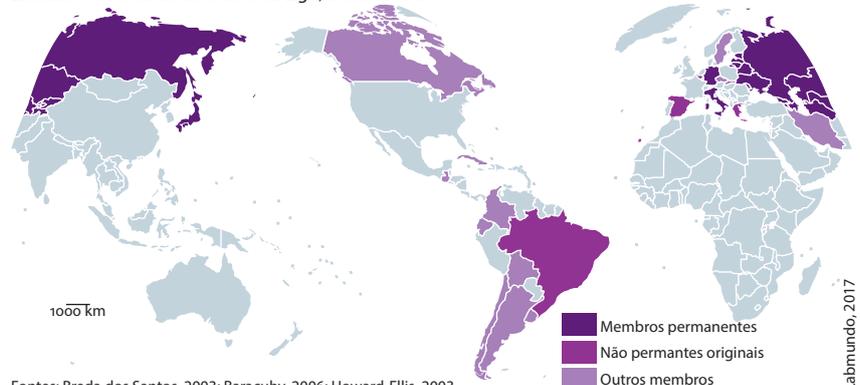
Países participantes das Conferências de Haia, em 1899 e em 1907



Fontes: FUNAG, 2014; Dutch government Treaty Database, 2015.

SEGURANÇA COLETIVA NA LIGA DAS NAÇÕES

Estados membros do Conselho da Liga, entre 1919 e 1940



Fontes: Breda dos Santos, 2003; Baracuhy, 2006; Howard-Ellis, 2003.

Após a assinatura dos Tratados de Locarno, em 1926, a Alemanha ingressou na Liga. Entretanto, a Liga carecia de força política e de representatividade: os Estados Unidos não faziam parte da Organização, ainda devido a sua política de isolamento, e a União Soviética foi expulsa após ter invadido a Finlândia, conflito que a Liga foi incapaz de impedir. A permanência do sentimento de insegurança, agravado pela crise econômica de 1929, e a persistência de tensões herdadas da Primeira Guerra, especialmente por

parte da Alemanha, fizeram com que o esforço multilateral em torno da criação e da institucionalização da Liga das Nações não fosse capaz de evitar a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

VEJA TAMBÉM:

- Colônia, conflitos e expansão territorial p. 12
- República e desafios geoestratégicos p. 16
- Colônia (Atlas da PEB) p. 14
- Império (Atlas da PEB) p. 16

Segunda Guerra e nova ordem mundial

A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945 e acarretou uma nova configuração de forças entre as principais potências. A ordem internacional estabelecida após a Primeira Guerra Mundial já não correspondia à realidade de poder relativo entre os Estados. O embate entre os países Aliados e os do Eixo estendeu-se pelo mundo e mobilizou a adesão de praticamente todos os Estados soberanos. Entre as características do conflito estavam a extensão da guerra para o cenário extraeuropeu e o uso em escala sem precedentes de inovações tecnológicas, como submarinos, aviões e armas químicas. O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a aderir a um dos lados do conflito,

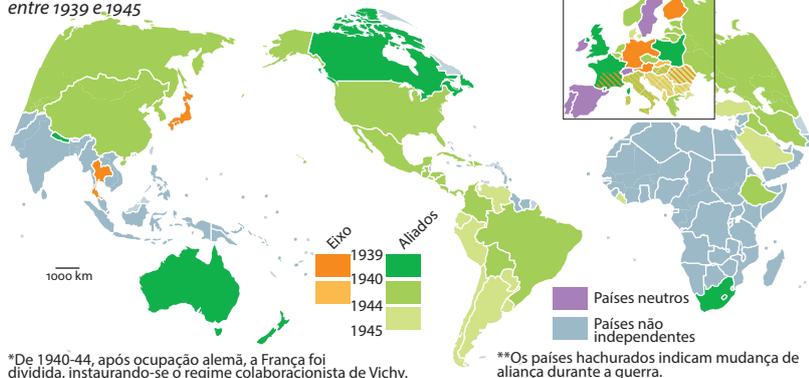
ao se posicionar a favor dos Aliados no ano de 1942. Ao optar pela aliança formada por países como EUA, Reino Unido e União Soviética, o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e distanciou-se da neutralidade que defendeu nos primeiros anos da guerra. A posição neutra foi a escolha inicial do Presidente Getúlio Vargas que, no exercício da equidistância pragmática, buscava aumentar o comércio negociando vantagens para o Brasil com ambos os lados. O rompimento com o Eixo e a adesão aos Aliados ocorreram após a aproximação entre o Brasil e os EUA, liderada por Oswaldo Aranha, e após os ataques aos navios mercantes

na costa brasileira, por submarinos alemães. Enquanto nos anos anteriores à declaração de guerra a balança comercial brasileira apresentava fluxo significativo com EUA e Alemanha, a adesão aos Aliados evidencia a opção brasileira pela aproximação com os estadunidenses e o consequente afastamento do país europeu. Pelo peso do Brasil na região, a opção pelos Aliados gerou efeitos para a posição da América Latina como área de controle hegemônico dos EUA.

Em negociações bilaterais e na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, em 1942, Aranha garantiu que os EUA estabelecessem acordos para fortalecer as Forças Armadas brasileiras, em troca da adesão e da participação do país no conflito. A colaboração militar entre os dois países foi formalizada com a criação, em maio de 1942, da Comissão Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos, com sede em Washington. Destacam-se os acordos de *Lend-Lease*, em que os EUA se comprometiam a fornecer armas e munições de guerra e o Brasil cedia a utilização de bases militares no Nordeste. A posição geográfica de Natal era estratégica para o esforço de guerra, em relação ao norte da África, ocupado pelos alemães, a defesa do Nordeste, o controle do Atlântico Sul pelos EUA e o envio de material de guerra para as tropas aliadas na África. Pelo *Lend-Lease*, o Brasil recebeu mais de seis bilhões de cruzeiros, o que correspondeu a aproximadamente 30% do orçamento brasileiro utilizado na guerra. Com isso, o Brasil tornou-se o quinto maior beneficiário dos recursos do *Lend-Lease* (atrás do Império Britânico, URSS, França e China), tendo recebido mais de 70% de todo o auxílio militar destinado à América Latina.

GUERRA E PAZ

Adesão de Estados soberanos ao Eixo e aos Aliados, por ano, entre 1939 e 1945



*De 1940-44, após ocupação alemã, a França foi dividida, instaurando-se o regime colaboracionista de Vichy.

**Os países hachurados indicam mudança de aliança durante a guerra.

Labundo, 2017

Participação em conferências de paz, por país, entre 1943 e 1945



*URSS não participou da Conferência do Cairo (1943)

**China não participou das Conferências de Teerã (1943)

Labundo, 2017

GASTOS COM A GUERRA

Composição do orçamento militar brasileiro, em bilhões de cruzeiros, entre 1942 e 1945



*21 bilhões de cruzeiros equivalem a cinco vezes a receita anual da União.

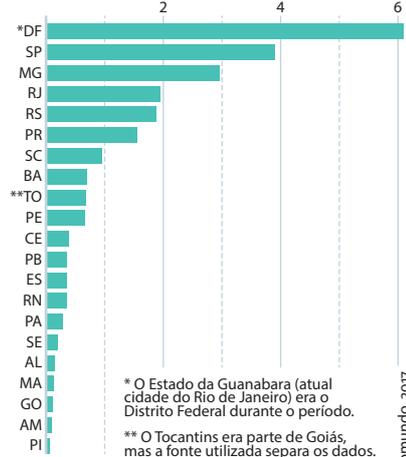
**Os gastos com a Marinha referem-se a uma "nota de prejuízos" das perdas sofridas (navios avariados e etc.)

Fonte: Castello Branco, 1960.

Labundo, 2017

ORIGEM DOS COMBATENTES

Quantidade de combatentes por unidade federativa, em milhares, entre 1943 e 1944



* O Estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) era o Distrito Federal durante o período.
 ** O Tocantins era parte de Goiás, mas a fonte utilizada separa os dados.

Fonte: Silveira, 2001.

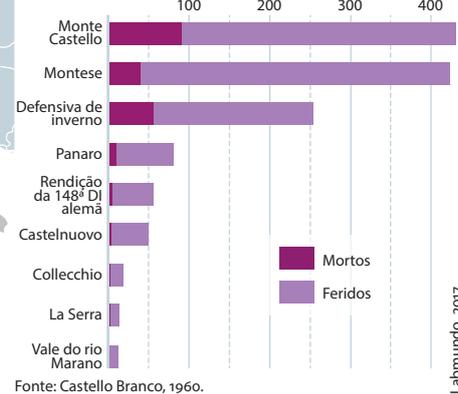
BRASIL EM COMBATE

Frentes e principais batalhas na Itália da Força Expedicionária Brasileira, entre 1944 e 1945



Fonte: Associação Nacional dos Veteranos da FEB, 2015.

Baixas da Força Expedicionária Brasileira, por batalha, entre 1944 e 1945



Fonte: Castello Branco, 1960.

Labmundu, 2017

A cooperação com os EUA não foi restrita ao campo militar e acarretou profundos impactos econômicos. Além da implementação de vários programas de assistência técnica, as cláusulas dos acordos previam investimentos da ordem de cem milhões de dólares para o desenvolvimento da produção de materiais estratégicos; de quatorze milhões de dólares para a modernização de ferrovias e infraestrutura; e cinco milhões para a produção de borracha. A entrada de recursos externos contribuiu para o fortalecimento da indústria nacional e o crescimento econômico das décadas seguintes, por meio da estratégia de industrialização por substituição de importações. Foi nesse contexto que foi criada no Brasil a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, financiada com recursos do Eximbank, que se tornou um dos símbolos dessa cooperação.

A participação brasileira no conflito foi além da declaração de guerra e da formação de alianças. Brasil e México

foram os únicos países da América Latina que enviaram tropas para a guerra e, no caso brasileiro, a mobilização de combatentes foi expressiva. A entrada na guerra provocou a mudança do centro de organização de defesa no Brasil do Sudeste para o Nordeste, onde estavam localizadas as principais bases militares, com destaque para a base de Natal, no Rio Grande do Norte. Data desse período o estabelecimento do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB), em 1941. Além disso, foram criadas novas unidades de combate, como a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em que aproximadamente 25 mil brasileiros, entre oficiais e médicos, representaram o Brasil e os Aliados em solo europeu.

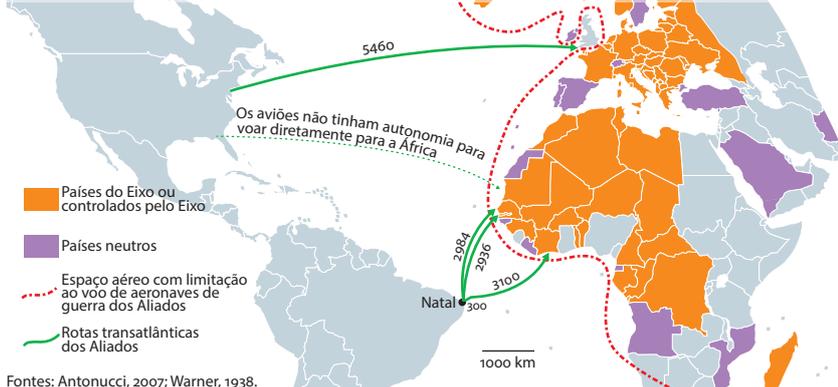
A FEB foi composta por oficiais provenientes de todas as regiões brasileiras, principalmente do Centro-Sul, onde se concentravam as divisões. Os cinco regimentos da FEB desembarcaram na Itália em 1944 e conquistaram importantes vitórias, com destaque para a Batalha de Monte Castello, Montese, Castelnuovo e a captura de uma Divisão de Infantaria da Alemanha. A FEB deslocou-se

de Nápoles ao vale do Rio Reno, combatendo em duas frentes e capturando mais de 15 mil prisioneiros adversários. A quantidade de baixas entre as tropas brasileiras, com a estimativa de 443 mortos, a maior parte das divisões de infantaria, gerou mobilizações dentro das Forças Armadas pelo reconhecimento dos combatentes e por demandas de melhorias e reestruturações no sistema de defesa brasileiro. Cabe ressaltar que a presença ativa no conflito credenciou o país a participar da formação da nova ordem do pós-Guerra.

A vitória dos Aliados consolidou o sistema da Guerra Fria com dois grandes polos de poder, os EUA e a União Soviética. No período que se seguiu, o sistema internacional passou por mudanças significativas, com a criação de organizações multilaterais, o surgimento de novos Estados, resultante dos processos de descolonização, e o estabelecimento do sistema hemisférico de defesa, sob a hegemonia dos EUA. O Brasil teve destaque nesse período, ao aliar crescimento econômico interno, fortalecido pelos recursos recebidos durante a guerra, e protagonismo externo, ao ser um dos países convidados a integrar as Conferências do pós-Guerra, com destaque para a Conferência de São Francisco, na qual foi criada a ONU. Todavia, a expectativa maior do governo brasileiro, em função da cooperação no esforço de guerra, a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança, não foi concretizada.

POSIÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL

Uso das bases no Nordeste brasileiro e distância das rotas transatlânticas, em quilômetros, em 1942



Fontes: Antonucci, 2007; Warner, 1938.

Labmundu, 2017

VEJA TAMBÉM:

- Colônia, conflitos e expansão territorial p. 12
- República e desafios geoestratégicos p. 16
- República (Atlas da PEB) p. 18
- Nova ordem mundial (Atlas da PEB) p. 22

Guerra Fria, intervenções e golpes militares

A Guerra Fria corresponde ao período histórico no qual a política internacional esteve dividida por um conflito ideológico entre socialismo e capitalismo, capitaneados por duas superpotências globais. A historiografia, apesar da falta de consenso, costuma demarcar o início e o fim de tal período em, respectivamente, 1946 e 1991. Concluída a Segunda Guerra Mundial, o resultado das conferências de paz, além da criação da Organização das Nações Unidas, foi a divisão da Alemanha, da Europa e do mundo em áreas de influência correspondentes às potências que derrotaram Alemanha, Itália e Japão. As esferas de influência na política internacional tinham seu centro, respectivamente, nos EUA e na URSS. No plano regional latino-americano, a Guerra Fria implicou, entre outros, na criação do sistema

interamericano (TIAR em 1947 e OEA em 1948), de natureza política e de segurança, além de uma série de intervenções militares e de ingerências por agentes de inteligência dos EUA nos governos da região: os casos da Guatemala (1954) e da República Dominicana (1965) são os mais expressivos. Neste segundo, o Brasil, sob o primeiro governo militar de Castelo Branco, participou inclusive mediante envio do segundo maior efetivo de tropas, depois dos EUA. Importante notar que, em 1965, o Congresso estadunidense reconheceu o direito de os EUA intervir militarmente em qualquer país da região.

É possível dizer que a Guerra Fria teve várias fases. A primeira, entre 1948-1953, foi marcada por forte tensão, quando a URSS tentou bloquear o acesso a

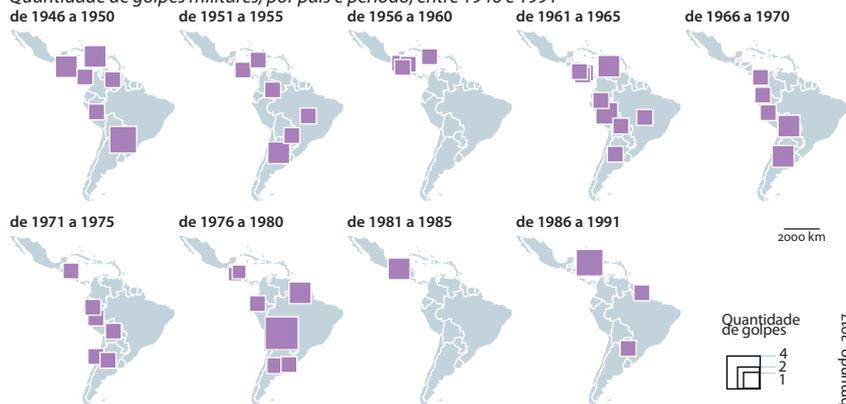
Berlim Ocidental e, em resposta, o Ocidente criou um mecanismo de segurança coletiva, a OTAN. Também nesse período se instaurou a bipolaridade nuclear, já que a primeira ogiva atômica soviética foi detonada em 1949. Na Ásia, o bloco socialista também ganhou considerável força quando uma revolução comunista foi bem sucedida na China em 1949, fundando a República Popular da China e na península da Coreia uma guerra foi deflagrada entre o norte, socialista, e o sul, capitalista.

Entre 1954-1958, ocorre um período de distensão no conflito bipolar: a morte de Josef Stalin, líder da União Soviética, seguida pelo processo de desestalinização comandado por Nikita Krushev, são as principais razões. Entre 1959 e 1962, as tensões voltam a escalar: na América Latina, uma experiência revolucionária de orientação socialista é vitoriosa em Cuba, país até então considerado sob influência direta dos EUA. O mundo chegou à beira do conflito nuclear quando a URSS, aliada de Cuba, decidiu armazenar, naquela ilha, mísseis nucleares que poderiam, se lançados, alcançar as principais cidades estadunidenses. Com a solução pacífica da chamada “Crise dos Mísseis”, o conflito bipolar ganhou novos contornos, de coexistência pacífica. Este período, coincidente com a complexificação da política internacional e também a tentativa de criação de vias alternativas à bipolaridade, – por exemplo, o Movimento dos Países Não Alinhados e a emergência de lideranças do Terceiro Mundo – perdurou de 1963 ao fim dos anos 1970.

O período que põe fim à Guerra Fria (1979-1990), denominado pela historiografia do período como “Segunda Guerra Fria”, revelou um aumento nas tensões entre União Soviética e Estados Unidos. São marcas dessa época a retórica de competição constantemente propagada pela liderança política estadunidense e materializadas em projetos como o “Guerra nas Estrelas”. Ressalte-se que conflito militar entre as duas superpotências, de fato, jamais chegou a ocorrer nas décadas de bipolaridade mundial. A instabilidade política e os conflitos foram projetados para os países do Terceiro Mundo. Há um paradoxo na Guerra Fria, conforme mencionam especialistas no tema: justamente nos períodos de diminuição das tensões entre Estados Unidos e União Soviética é possível verificar um padrão mais intenso

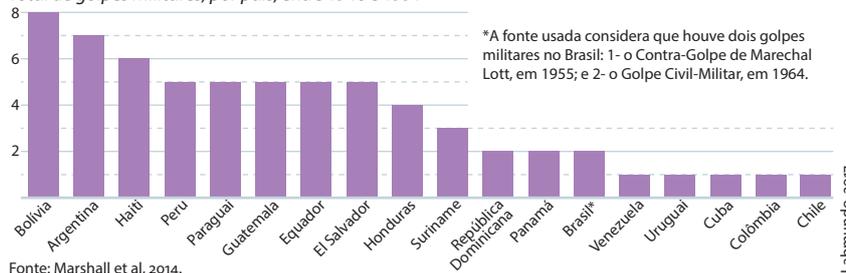
INTERVENÇÃO E INSTABILIDADE

Quantidade de golpes militares, por país e período, entre 1946 e 1991



GOLPES MILITARES NA AMÉRICA LATINA

Total de golpes militares, por país, entre 1946 e 1991

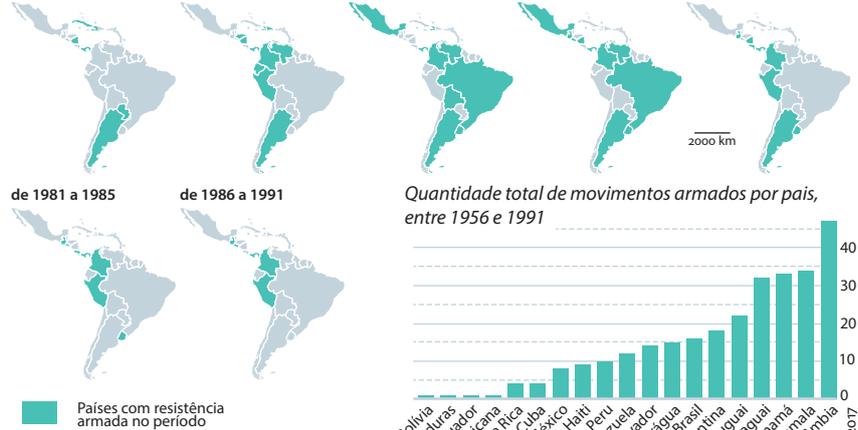


de intervenções – militares ou sob o comando da Agência Central de Inteligência – dos Estados Unidos em países do Terceiro Mundo. Casos como o de El Salvador nos anos 1980, em que os EUA patrocinaram esquadrões da morte para apoiar um dos lados da guerra civil ou da intervenção armada dos EUA em Granada em 1983 não são isolados, bastando lembrar a sangrenta guerra do Vietnã, que teve repercussões importantes tanto na política doméstica, quanto na política externa dos EUA.

O contexto da Guerra Fria, mais especificamente o esquema internacional de adesão e resistência às esferas de influência das superpotências, representa dimensão fundamental para compreender o papel atribuído à defesa nos países do Terceiro Mundo, em especial a função exercida pelos militares. O conflito ideológico Leste-Oeste foi assimilado pelas lutas políticas locais, inclusive aquelas relacionadas à libertação nacional contra o colonialismo e, historicamente, é possível observar um considerável número de intervenções dos militares nos regimes políticos de países no Terceiro Mundo, em especial na América Latina. Ao longo do período compreendido entre 1946 e 1991, foram contabilizados 63 golpes militares na América Latina. Nesse contexto, o Golpe de 1964, no Brasil, foi um dos vários movimentos de ação militar na política patrocinados por interesses do governo dos Estados Unidos e pode ser compreendido no quadro mais amplo dos reflexos não tão frios da Guerra Fria, no qual se insere o ciclo de regimes militares na região (Argentina, Uruguai e Chile). Tal ciclo esteve estreitamente associado às dinâmicas de segurança hemisférica no âmbito da Guerra Fria. Também na chave da bipolaridade mundial, pode-se observar

RESISTÊNCIA ARMADA

Movimentos de insurgência urbana e rural na América Latina, por país e período, entre 1956 e 1991



Fontes: Wickham-Crowley, 1991; Ellner, 1996; Jiménez, 2006; McAllister, 2010; Governo do Peru, 2003; Gaspari, 2014; Governo do Brasil, 2014; Carranza, 2007; Camp, 2011; Churchill, 2010; Peschanski, 2013; Tristán, 2008.

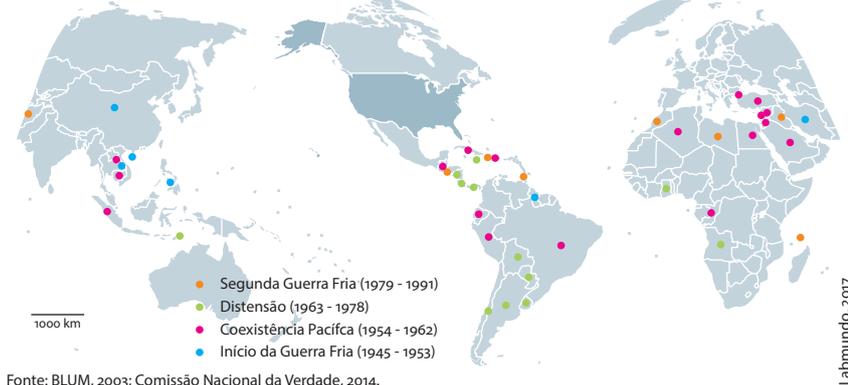
o surgimento de diversos movimentos de resistência armada - muitos deles com inspiração ideológica e apoio socialista - como resposta ao endurecimento dos regimes políticos na região.

Na América Latina, esfera de influência dos EUA, a interpretação dos líderes políticos dos regimes autoritários com relação à finalidade da defesa nacional era quase unívoca: purgar os respectivos países da influência socialista, materializada na luta contra a resistência armada. É nesse contexto que se insere a profunda repressão política perpetrada pelos militares latino-americanos, sob a égide da doutrina de contrainsurgência patrocinada pelos Estados Unidos e internalizada pelas doutrinas de segurança nacional. Cabe menção especial a Operação Condor, esquema de cooperação entre as ditaduras militares dos países do Cone Sul, em especial Argentina, Brasil, Chile e Uruguai desvelado, entre outros, pelos esforços da Comissão Nacional

da Verdade estabelecida pelo governo Brasileiro (2011-2014). Pela Operação Condor, durante os anos 70 e 80, estes e outros países trocavam informações e expertise objetivando o combate aos movimentos armados de oposição aos regimes autoritários. Por meio desta, foram cometidas diversas violações dos direitos humanos como assassinatos políticos e tortura. Tais iniciativas, sugerem a documentação e a historiografia, contaram com reiterado apoio financeiro e ideológico do governo dos Estados Unidos da América, sob a justificativa do apoio à luta contra o bloco socialista.

INTERVENÇÕES DOS EUA

Países que sofreram ações militares e da CIA no Terceiro Mundo, por período entre 1945 e 1991



Fonte: BLUM, 2003; Comissão Nacional da Verdade, 2014.

COOPERAÇÃO REPRESSIVA

Países participantes da Operação Condor, entre 1975 e 1985



Fonte: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

VEJA TAMBÉM:

- República e desafios geoestratégicos p. 16
- Segunda Guerra p. 20
- República (Atlas da PEB) p. 18
- Nova ordem mundial (Atlas da PEB) p. 22